NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 27/Fev

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2919/2023

COMUNICADO DO SINDVIGILANTES/AL

O Sindicato dos vigilantes de Alagoas, comunica a todos que a Convenção Coletiva de Trabalho de 2023 (CCT) dos vigilantes patrimoniais, foi assinada pelo SINDVIGILANTES/AL e SINDESP/AL, no dia 24 de fevereiro de 2023.

O reajuste foi de 8% para o salário e 4,82% para o Tíquete Alimentação a partir do mês de janeiro de 2023, ficando da seguinte forma:

Salário base R$. 1.406,89+ 30% de Periculosidade R$. 422,07+ 6% de Produtividade R$. 84,81 Total R$. 1.913,37

Tíquete Alimentação R$. 25,00 por dia trabalhado.

As clausulas da CCT anterior ficaram mantidas a exemplo do adicional noturno de 25% e hora extra de 60%.

Brevemente estaremos divulgando a tabela salarial da categoria.

O SINDVIGILANTES/AL, agradece a todos os trabalhadores vigilantes do nosso estado.

QUEM NÃO LUTA PELOS SEUS DIREITOS NÃO SERÁ DIGNO DELES!

Maceió, alagoas, 25/02/2023.

À diretoria.

Fonte: SINDVIGILANTES ALAGOAS

OLHO VIVO

SINDESV-DF
Filiado: CUT DIEESE CNTV

Fevereiro de 2023 | Ano XXIII | Nº 503

Informativo Oficial do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (Sindesv-DF)

CAMPANHA SALARIAL 2023

TRT MARCA DATA DE AUDIÊNCIA

DIA 08/03/2023 - (14 h)

Foram inúmeras rodadas de negociação e chegamos a um impasse. Os patrões querem tirar direitos e os vigilantes defendem a manutenção das conquistas e reajuste salarial.

É inacreditável que os empresários ainda pensam em tirar mais direitos dos trabalhadores, já tiveram muitos ganhos com a reforma trabalhista, mas nunca é o suficiente.

Diante de tanta intransigência, a direção do SINDESV-DF colocou em votação e os vigilantes aprovaram ESTADO DE GREVE e também definimos procurar o TRT para intermediar as negociações.

E finalmente recebemos a convocação do Poder Judiciário, assinada eletronicamente pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Desembargador Alexandre Nery de Oliveira, intimando as partes a comparecerem na audiência de conciliação que será realizada dia 08 de março de 2023, às 14 horas.

ASSEMBLEIA GERAL

Dia: 08/03/2023 – quarta-feira – às 19h30

Local: Rampa dos Vigilantes – Conic

Pauta: avaliar a proposta do TRT, se houver, ou votar a data da greve.

NÃO VAMOS RECUAR, NÃO ACEITAMOS RETROCESSO. SE NÃO AVANÇAR, VAMOS PARAR!

A cada campanha salarial temos de redobrar nossas forças, pois o patronal quer tirar o que conseguimos avançar e assegurar na Convenção Coletiva de Trabalho. São cláusulas das quais não podemos abrir mão. São elas:

1 - Plano de Saúde, que eles querem gerir, oferecendo uma rede credenciada com apenas um hospital e reduzidos números de clínicas, dentre outros retrocessos. Ou será que alguém acha que eles querem gerir o plano para melhorar?

2 – Trabalho Intermitente – Os patrões querem inserir essa modalidade de contrato, que é uma grande exploração da mão de obra. O Sindicato dos Vigilantes do DF luta contra o trabalho intermitente, pois se permitirmos, pode, inclusive, atingir os vigilantes. Alguns podem ser demitidos e contratados nessa modalidade.

3 – Homologação – Os patrões querem tirar da nossa Convenção Coletiva de Trabalho a cláusula que garante homologação no Sindicato, quando conferimos tudo o que o vigilante tem a receber e quando a rescisão vem errada, mandamos refazer. Como vai ficar o vigilante se for homologar sua rescisão na empresa e sem qualquer apoio?

4 – Seguro de vida – Os patrões querem que os beneficiários só recebam o seguro se o vigilante morrer durante o trabalho. Além da dor da perda de um ente querido, que era marido, esposa, pai, avó, a viúva ou o viúvo ainda tem de conviver com várias perdas materiais que comprometem a sobrevivência da família. Temos visto o quanto o seguro é importante nos primeiros meses de ausência do (a) vigilante.

Estamos em uma etapa muito importante da nossa Campanha Salarial. É o momento em que todos os vigilantes devem participar de nossa próxima assembleia para defender estas e as demais cláusulas da nossa CCT, além de avanços no reajuste e cláusulas financeiras. Tudo o que temos, teve muita luta para conquistar com a participação de milhares de vigilantes mostrando força, mobilização e união.

VIGILANTE, A FORÇA DO SINDICATO VEM DE VOCÊ. PARTICIPE DA ASSEMBLEIA, QUANDO INFORMAREMOS O RESULTADO DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO E TRAÇAREMOS NOSSOS PRÓXIMOS CAMINHOS NESTA CAMPANHA SALARIAL.

PROPOSTA DECENTE OU GREVE.

NÃO ESQUEÇA: 08/03/2023 - QUARTA -19H30

SINDESV-DF

Expediente:
OLHO VIVO é o informativo do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (Sindesv-DF)

Endereço: SDS - Ed. Venâncio IV - Loja 74 - Térreo - Brasília-DF
Telefones: (61) 3224-2052 / 3224-2107 | **Site:** www.sindesvdf.com.br
Email: sindesv_df@terra.com.br | **Facebook:** SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF
Instagram: @sindesvdf | **Responsável pelo jornal:** A Diretoria
Jornalista: Walkiria Simões - Reg. 1568 | **Fotos:** Felix Pereira

Delegado Cezar Luiz Busto de Souza toma posse como superintendente da PF no DF

Cezar Luiz atuou como diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal. Também foi superintendente em Maringá (PR)

Mirelle Pinheiro - Carlos Carone

imagem colorida do delegado Cezar Luiz Busto de Souza - MetrópolesReprodução/TV UniCesumar

Na tarde desta segunda-feira (27/2), o delegado Cezar Luiz Busto de Souza (foto em destaque) tomará posse como superintendente regional da Polícia Federal (PF) no Distrito Federal. A solenidade ocorrerá no auditório do Instituto Nacional de Criminalística (INC), no Setor Policial Sul.

O delegado exercia a função de forma interina desde 10 de janeiro de 2023, quando o interventor federal na segurança pública do DF, Ricardo Capelli, dispensou o delegado Victor Cesar Carvalho dos Santos do cargo.

Cezar Luiz atuou como diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado da PF. Também foi superintendente da corporação em Maringá (PR).

As mudanças de comando na PF ocorreram em 18 estados: Alagoas, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Pará, Paraná, Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Fonte: metrópoles

Lupi quer acordo com STF para pagar revisão da vida toda do INSS

Após pedir a suspensão das ações de revisão, Ministério da Previdência quer pagar os valores de forma progressiva, por lotes, em um calendário pré-programado

foto: INSS - CC Wikimedia

STF reconheceu em dezembro o direito à revisão aos trabalhadores que foram prejudicados pela reforma de 1999

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, quer um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagar a revisão da vida toda diretamente nas agências. Como exemplo, a revisão do artigo 29, que aumentou das aposentadorias por invalidez, auxílio-acidente, auxílio-doença ou pensão por morte, de forma automática. Conforme reportagem do jornal Folha de S.Paulo nesta sexta-feira (17), o ministro já iniciou tratativas com a Advocacia-Geral da União (AGU) para levar a questão ao Supremo.

"Para quem já está cadastrado eu quero encontrar uma forma de que, conforme o valor, a gente faça uma programação para colocar na conta", disse Lupi. O ministério propõe pagar os valores de forma progressiva, por lotes, em um calendário pré-programado. Assim, ele afirmou que "decisão judicial é para ser cumprida". E que não adianta seguir recorrendo contra uma questão que o STF já decidiu.

Em dezembro, o STF reconheceu a chamada "revisão da vida toda" das aposentadorias do INSS. Trata-se do recálculo da média salarial para a aposentadoria, considerando todos os salários do trabalhador, mesmo os anteriores a julho de 1994, ano da implementação do Plano Real. O INSS parou de considerar essas contribuições em decorrência da Reforma da Previdência de 1999, cujas regras de transição excluíam da conta os pagamentos antes do Plano Real.

Freio

Na última segunda (13), no entanto, em nome do INSS, a AGU pediu ao STF a suspensão de todas as ações sobre a "revisão da vida toda" até o trânsito em julgado da ação – quando não cabe mais recurso. O instituto alegou "impossibilidade material" de fazer a revisão neste momento.

A justificativa é que esse processo "extrapola" as suas possibilidades técnicas e operacionais do INSS e do Dataprev. Além disso, a AGU diz que os pedidos de suspensão não vêm sendo aceitos nas instâncias da Justiça, "inclusive com a imposição de multa ao INSS". Sem o trânsito em julgado, o INSS também argumentou que poderia haver modulação dos efeitos da decisão, alterando os valores da revisão.

FONTE: RBA

Presidenta quer Caixa agindo para redução dos juros sem perder rentabilidade

Rita Serrano disse em entrevista ao Valor que papel público do banco será fortalecido e descartou ideias de privatização

Rita Serrano é bancária e foi escolhida por Lula para presidir a Caixa em novo governo - Foto: Divulgação

A nova presidenta da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, disse em entrevista ao jornal Valor Econômico que o banco deve atuar pela redução das taxas de juros dos empréstimos e financiamentos concedidos no país. Segundo ela, essa é a função de um banco estatal, como a Caixa, num cenário de crédito escasso e taxas altas.

"O papel dos bancos públicos, de fato, é atuar como política anticíclica", disse ela, na entrevista publicada nesta quarta-feira (22).

Serrano ressaltou que a Caixa não vai abrir mão de sua rentabilidade para agir de tal forma. Afirmou que a legislação e regras de governança proíbem esse tipo de atuação.

Ela explicou, porém, que, havendo espaço para corte de juros, a Caixa pode fazê-lo. Isso tende a pressionar outros bancos a fazerem o mesmo por conta da concorrência.

"Nada que dê prejuízo para o banco será feito, mas dentro de uma política de concorrência, vale a concorrência. Não é isso que os liberais pregam? O mercado?", afirmou.

Serrano foi nomeada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a chefia da Caixa, da qual é funcionária desde 1989. Ela também já foi presidenta do Sindicato dos Bancários do ABC Paulista entre 2006 e 2012. Desde 2014, ela é conselheira eleita pelos empregados no Conselho de Administração do banco estatal.

Lula tem reclamado dos juros no Brasil porque, segundo ele, eles limitam o crescimento. As críticas do presidente estão voltadas principalmente ao Banco Central, que define metas para a taxa básica de juros (Selic) – hoje, em 13,75% ao ano.

Serrano afirmou que a Selic neste patamar é prejudicial à Caixa. "Com uma taxa de juros alta, uma das mais altas do mundo, você penaliza a Caixa, que é voltada para o desenvolvimento do país, e os clientes. Quando vou ofertar habitação, por exemplo, é mais cara com essa taxa de juros", explicou.

Cobrança sobre privados

Ela disse que não existe problema no fato de o banco buscar lucros e, ao mesmo tempo, colaborar com o crescimento do país. Cobrou, inclusive, que os bancos privados façam o mesmo. "Não existe dicotomia. Inclusive os bancos privados deveriam ter um compromisso com o país, investindo no desenvolvimento", disse.

Serrano reclamou na entrevista do uso eleitoreiro da Caixa durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Disse que o banco concedeu R$ 7,6 bilhões em empréstimos consignados vinculados ao Auxílio Brasil às vésperas do segundo turno. Afirmou, inclusive, que a Caixa não deve mais oferecer esse tipo de crédito, mesmo após mudanças nas regras dele anunciadas pelo novo governo.

"[A Caixa] não vai aderir. Com as novas regras, a operação não se paga", afirmou. "Além disso, esse produto teve um cunho eleitoral, a Caixa foi o banco que mais ofertou crédito, com R$ 7,6 bilhões. É uma excrescência. Não posso ofertar crédito em um auxílio para uma pessoa se alimentar. Na minha opinião, isso tem de ser anulado."

Serrano também afirmou que qualquer ideia de privatizar a Caixa ou partes dela estão descartadas. "O desenho que estava colocado no governo anterior era vender todos os ativos, ou abrir capital das subsidiárias, e havia uma discussão de abrir o capital da própria Caixa. Isso não existe mais."

Edição: Nicolau Soares

FONTE: BRASIL DE FATO

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF